

PRÁTICAS ECOPEDAGÓGICAS E INCLUSIVAS: cartografando a partir das necessidades dos portadores de deficiências

Nayara Alves de Sousa*
Milton Ferreira Silva Júnior**

artigo de revisão

RESUMO

Esse artigo é um recorte de uma pesquisa de doutorado em andamento, onde se contemplará um dos objetivos da pesquisa. Para tanto, o objetivo deste estudo é cartografar subjetividades acerca das práticas ecopedagógicas e processos de inclusão autônomos a partir das necessidades do portador de deficiência. Os campos de pesquisa constituirão de três escolas: uma especial, uma pública e outra privada, localizadas na cidade de Vitória da Conquista - BA. A escolha se deu, mediante o critério de adequação, por serem pioneiras, referenciais em educação inclusiva e que têm matriculadas crianças entre 5 e 8 anos portadoras de deficiências. Trata-se de estudo qualitativo, tendo com método a cartografia das subjetividades, será realizado oficina de desenhos e grupo focal. Essa pesquisa pretende colaborar com a educação inclusiva, as práticas ecopedagógicas, além de incentivar a permanência e o sucesso de portadores de deficiências nas escolas e ao longo de toda a vida.

Palavras-chave: Práticas Ecopedagógicas. Inclusão Escolar. Cartografia das Subjetividades. Portadores de Deficiências.

* Professora Assistente da UESB. Doutoranda em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela UESC. Mestre em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). E-mail: nayara.sousa1@hotmail.com.

** Assessor chefe da ASPLAN da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). Professor assistente da UESC. Doutorado em Educação pela Universidade Federal da Bahia. E-mail: notlimf@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

A vida humana define-se, em grande parte, pela troca física e mental consciente entre os indivíduos e o meio ambiente. A atitude dos seres humanos em relação à natureza deve ser, primeiramente, reconhecer que são criaturas da natureza, sujeitos às leis físicas. Desse modo, têm que procurar um

relacionamento de interação intelectual equilibrada entre si, ao próximo e ao meio ambiente.

O relacionamento com os semelhantes gera sentimentos e emoções, além de todos os indivíduos estarem interligados. O objetivo da educação deve ser orientar os educandos em seu desenvolvimento para se tornarem responsáveis no organismo social, que venham a contribuir com a comunidade e, com isso, encontrarem sentido, propósito em si e no próximo, favorecendo assim, um contato com a diversidade, meio ambiente, e com todos os envolvidos.

Compreendemos que a inclusão está diretamente relacionada ao compromisso dos educadores com a formação de uma cidadania atenta à situação do planeta e preparada para tomar decisões (GIL-PÉREZ et. al, 2006), no aqui e agora, e no futuro.

Assim, a proposta dessa pesquisa é cartografar as subjetividades acerca das práticas ecopedagógicas e processos de inclusão autônomos a partir das necessidades do portador de deficiência e da relação com a rede que os integra. Essa rede será composta pelos envolvidos com essas crianças (pai ou

mãe, professor (a) e coordenador (a) ou diretor (a) de cada escola. Para tanto, será abordado sobre práticas ecopedagógicas, inclusão escolar, cartografia das subjetividades e portadores de deficiências.

2 PRÁTICAS ECOPEDEGÓGICAS E INCLUSIVAS

Práticas ecopedagógicas são práticas educacionais sustentáveis que podem ser pautadas nos 4 Rs (reciclar, reutilizar, reaproveitar e reduzir o uso de materiais). Essas práticas promovem o conhecimento dos valores ligados à natureza e à espécie humana, sem destruição e sem discriminação.

As formas diferenciadas de ensinar e aprender só se efetivam quando encontram significação ao irem ao encontro das nossas aspirações e necessidades. Segundo Moran (1995), só se avança no processo de aprendizagem quando se aprende a adaptar os programas escolares previstos às necessidades dos alunos, criando conexões com o cotidiano, com o inesperado, e transformando a sala de aula em uma comunidade de investigações e inclusão.

Assim, pode-se modificar a forma de ensinar e a de aprender. Num ensinar e aprender mais compartilhado, orientado, coordenado pelo professor e com profunda participação de todos, inclusive dos alunos portadores de deficiências.

A educação voltada para práticas ambientais inclusivas traz inúmeros benefícios para todos. Para tanto, Gadotti (2000), destaca como objetivos:

a) Desenvolver uma consciência ecológica ambiental, visando à qualidade de vida, à preservação das espécies em extinção, privilegiando soluções e técnicas que possam corrigir excessos da sociedade;

b) Desenvolver uma consciência ecológica social que atenda às carências básicas dos seres humanos de hoje, sem sacrificar o capital natural da Terra;

c) Desenvolver uma ecologia mental, favorecendo a recuperação do respeito para com todos os seres, principalmente os vivos;

d) Desenvolver a consciência da ecologia integral na qual os seres humanos e o planeta Terra emergem como uma única entidade harmônica.

Assim, todos os seres vivos são membros de comunidades ecológicas ligadas umas às outras, numa rede de

interdependências. Quando essa percepção ecológica profunda se torna parte da consciência cotidiana do ser humano, emergem as práticas ecopedagógicas, a fim de que o homem atue no sentido de promover e preservar a vida. Ao fato de que a sobrevivência da humanidade dependerá de sua alfabetização ecológica, isto é, da capacidade de entender os princípios básicos da ecologia, reciclagem, parceria, flexibilidade, inclusão, diversidade e, como consequência de todos esses, a sustentabilidade (CAPRA, 1996).

O processo de inclusão escolar, ambiental e social, exige disponibilidade para mudança de mentalidade, mudança nos modos de vida, muitas reflexões e, como princípio fundamental, valorizar a diversidade humana.

Viver e aprender não se afastam, porque estão envolvidos num processo que inclui emoções, percepções e comportamentos. É preciso investir na pesquisa de práticas adequadas para melhorar as relações entre professores e professores, professores e alunos, já que educar é um processo em que a criança ou o adulto convive com o outro e, ao conviver com o outro, transforma-se espontaneamente, de maneira que seu

modo de vida se faz progressivamente mais congruente com o do outro no espaço de convivência (MATURANA, 1999).

A educação inclusiva e as práticas ecopedagógicas devem atingir as atividades diárias, que almejam por pesquisas, por estudos, por parceria, para superar suas fragilidades e alcançar seus objetivos, principalmente para beneficiar àqueles que realmente são afetados: os sujeitos. Para tanto, nesse estudo, esses aspectos serão verificados a partir da cartografia das subjetividades com os portadores de deficiências e com a rede que o integra.

3 CARTOGRAFIA DAS SUBJETIVIDADES

A cartografia visa investigar um processo de produção de subjetividades. É um método de pesquisa-intervenção, produtora de dados e uma análise em processo. Como método de pesquisa intervencionista pressupõe uma orientação do trabalho do pesquisador que não se faz de modo prescritivo, por regras já prontas nem com objetivos previamente estabelecidos, mas se faz pela busca por dispositivos que melhor

captem as subjetividades e a autonomia dos sujeitos afetados.

Defender que toda pesquisa é intervenção exige do cartógrafo um mergulho no plano da experiência. Aonde o conhecer e o fazer se torna inseparáveis, impedindo qualquer pretensão à neutralidade ou mesmo suposição de um sujeito e de um objeto cognoscente prévio à relação que os liga. Conhecer o caminho de constituição de dado objeto equivale a caminhar com esse objeto, constituir esse próprio caminho, constituir-se no caminho. Esse é o caminho da pesquisa-intervenção. (PASSOS et al. 2010).

A produção dos dados na cartografia é processual e a processualidade se desdobra desde que entramos em campo e se prolonga até o momento da análise do material. (PASSOS et al. 2010).

Assim, após as visitas e as atividades, serão capturados no diário de campo todos os relatos, atitudes, comportamentos, gestos, sejam eles regulares ou de forma esporádica, que reúnem tanto informações objetivas, quanto impressões que emergem no encontro com o campo. Os relatos contêm informações precisas, o dia da atividade, a rotina, quem estava presente, quem era

o responsável. Enfim, uma descrição mais ou menos detalhada até mesmo das impressões e informações menos nítidas, que possam ser explicitadas posteriormente.

A cartografia é uma análise em processo. No contexto da ciência moderna, as etapas da pesquisa, coleta, análise e discussão de dados, constituem uma série sucessiva de momentos importantes. Terminada uma tarefa passa-se à próxima. Assim, Latour (2000), propõe como diretriz metodológica para o estudo prático da cartografia, investigar os sujeitos, seguir os atores, o que possibilita apreender a rede tal como ela se faz, ou seja, acompanhar suas ações e suas práticas.

Para tanto, essa pesquisa irá considerar a rede como todas as pessoas envolvidas no meio escolar com as crianças portadoras de deficiências, e esses por sua vez, serão os sujeitos desse estudo.

4 PORTADORES DE DEFICIÊNCIAS

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (1997), as deficiências podem ser classificadas como sendo do tipo: mental, visual, auditiva, física,

múltipla, condutas típicas e altas habilidades. Assim:

Deficiência mental: entende-se o estado de redução notável do funcionamento intelectual: comunicação, cuidados pessoais, competências domésticas, habilidades sociais, utilização dos recursos comunitários, autonomia, saúde e segurança, aptidões escolares, lazer e trabalho.

Deficiência visual: refere-se a uma situação irreversível de diminuição da resposta visual, em virtude de causas congênitas ou hereditárias.

Deficiência auditiva: é considerada genericamente como a diferença existente entre o desempenho do indivíduo e a habilidade normal para a detecção sonora.

Deficiência Física: refere-se ao comprometimento que podem produzir quadros de limitações físicas de grau e gravidade variáveis, segundo o segmento corporal afetado e o tipo de lesão ocorrida.

Deficiência Múltipla: é a associação, no mesmo indivíduo, de duas ou mais deficiências primárias (mental, visual, auditiva, física).

Condutas típicas: síndromes de quadros psicológicos, neurológicos ou

psiquiátricos e que ocasionam atrasos no desenvolvimento e prejuízos no relacionamento social.

Altas Habilidades: notável desempenho e elevada potencialidade na capacidade intelectual geral; aptidão acadêmica específica; capacidade de liderança; talento especial para artes; capacidade psicomotora.

Segundo o Censo 2012, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas, 14,5% da população brasileira são portadoras de deficiências, ou seja, aproximadamente 24,6 milhões de pessoas com ao menos alguma dificuldade de enxergar, ouvir, locomover-se ou alguma deficiência física ou mental. Outro dado se refere à taxa de escolarização das crianças de 7 a 14 anos de idade, portadoras de deficiências, que é de 88,6%, portanto seis pontos percentuais abaixo da taxa de escolarização do total de crianças nesta faixa etária que é de 94,5% (IBGE, 2012).

Assim, a escola, os professores, a família, os alunos e todas as pessoas envolvidas, diante de um alunado que apresentam qualquer uma dessas características, não podem desconhecer o quanto é necessário valorizar as singularidades e as especificidades para

que sejam respeitadas às suas características individuais.

O empenho nessa pesquisa em investigar sobre as questões ecológicas e inclusivas com crianças portadoras de deficiências remete-nos a uma reflexão sobre sensibilização e valores. É importante deixar claro que as deficiências não são barreiras para o contato e interação com o ambiente natural e há muitas iniciativas que estimulam a inclusão e o desenvolvimento da percepção, até porque as belezas naturais do nosso planeta podem ser percebidas por todos os nossos sentidos, independente do tipo de deficiência.

5 METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa qualitativa e será utilizado como método, a cartografia das subjetividades. Optar-se-á por esse método por ser utilizado na reconstituição da formação “autônoma” do sujeito infantil ecológico e por se tratar de um método formulado por G. Deleuze e F. Guattari (1995) que visa acompanhar um processo, e não representar um objeto, porém sem apriori definir um conjunto de regras abstratas para serem aplicadas (KASTRUP, 2005).

Na ida ao campo pretende-se observar e registrar tudo o que acontece com esses sujeitos nos locais escolares, com o intuito de perceber suas dificuldades/facilidades, enquanto práticas inclusivas, autônomas e ecopedagógicas.

Para tanto, o trabalho proposto será desenvolvido na cidade de Vitória da Conquista na região sudoeste da Bahia. Atualmente possui área de 3.732 km², segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística de 2012, e conta com uma população de 315.884 habitantes (IBGE, 2012).

Os campos de pesquisa constituirão de três escolas: uma especial não governamental e duas regulares: uma pública municipal e outra privada. A escolha se deu, por serem espaços educacionais pioneiros, referenciais em educação inclusiva, que utilizam práticas ecopedagógicas e têm matriculadas crianças portadoras de deficiências entre 05 a 08 anos.

Essas idades nas escolas especial e privada contemplariam a educação infantil. Porém, como as escolas do município de Vitória da Conquista são organizadas por ciclos, esse tipo de organização curricular promove um tipo de enturmação por idade. Assim

abrangeria a educação infantil (5 anos) e o ciclo 01 (6 a 8 anos). Optou-se por essa idade por considerar-se que nessa fase, o educando tem os primeiros contatos com o mundo, explora talentos, habilidades e valores.

Participarão dessa pesquisa 12 (doze) crianças portadoras de deficiências de 5 a 8 anos, com diagnósticos e prognósticos fechados, de qualquer sexo e de qualquer classe social. Dessas, 4 (quatro) estarão matriculadas na escola pública municipal, 4 (quatro) na escola regular particular e 4 (quatro) na escola especial não-governamental. Participarão também, a rede que as integram: 1 responsável pela criança (a mãe, pai ou outros), 1 professor(a) e 1 coordenador(a) ou diretor(a) de cada escola. Sendo assim, serão 16 participantes em cada colégio, totalizando: 48 sujeitos.

Assim, essa pesquisa pretende cartografar subjetividades acerca das práticas ecopedagógicas e processos de inclusão autônomos a partir das necessidades do portador de deficiência e da relação com a rede que o integra. Para contemplar esse objetivo pretende-se utilizar:

a) Técnica: oficina de desenhos com as crianças portadoras de deficiência e o grupo focal com a rede.

- Instrumento para oficina de desenhos: o roteiro de temas a ser solicitado para que as crianças desenhem e sua posterior análise temática.

Em sala de aula, cada aluno portador de deficiência, receberá uma folha em branco, lápis de cor, giz de cera e hidrocor. A solicitação do desenho será realizada individualmente, respeitando a especificidade de cada aluno, uma vez que, além disso, nessa faixa etária da educação infantil o processo de ensino-aprendizagem é mais difícil e complexo de ser mensurado, dessa forma o desenho passa a ser um importante método para coletar dados. Cuidados serão tomados para evitar que elas copiem os desenhos dos colegas, não as deixando perto umas das outras e também não será estabelecido tempo para a realização da atividade.

O intuito dessa atividade é perceber a forma como essas crianças se veem (excluídas ou incluídas), como isso as afeta e se afeta no cotidiano escolar, na relação interpessoal e na sua aprendizagem, a partir dos critérios:

a) Acessibilidade e estrutura física interna da escola;

b) Acessibilidade e estrutura física externa da escola;

c) Relação das crianças com a rede que o integra;

d) Processo ensino- aprendizagem com conteúdos relativos ao meio ambiente como: água; poluição; conservação do meio ambiente; reciclagem de materiais; reutilização; coleta seletiva e outras questões de uso cotidiano e pautadas nos 4rs.

Optar-se-á por essa técnica, pois desde bem pequenas as crianças percebem que desenho e escrita são formas de se comunicar. Por esses meios, elas podem dizer algo, podem representar elementos da realidade que observam e, com isso, ampliar seu domínio e influência sobre o ambiente. Alguns pesquisadores têm utilizado desenhos com sucesso no trabalho com crianças, pois através destes, elas revelam sentimentos em relação às experiências e expectativas do mundo real (ALMEIDA, 2001).

Posteriormente, esses desenhos serão fotografados e digitalizados para constarem nos resultados dessa pesquisa. Para a análise desses resultados, será realizada uma

categorização indutiva. Segundo Otero et al. (2002), as categorias surgem dos próprios desenhos analisados, interpretados e descritos. A partir daí, serão criados dispositivos para a técnica do grupo focal sobre os próprios desenhos das crianças.

- Instrumento grupo focal: Será realizado em outro momento, com a rede, para que sejam apresentadas as ilustrações feitas por essas crianças, para que o grupo possa olhá-las e interpretá-las. Esses desenhos serão divididos em 4 categorias:

Categoria 1- Estrutura física e acessibilidade parte externa da escola: desenhos referentes à chegada da criança na escola, reserva de vagas para estacionar o veículo de transporte, rampa de acesso no meio fio, rebaixamento nas calçadas, tamanho do portão de acesso à entrada e sem presença de barreiras.

Categoria 2- Estrutura física e acessibilidade interna da escola: desenhos referentes à locomoção (acessibilidade) na sala de aula e aos demais ambientes escolares como sanitários, quadra, parque infantil, biblioteca, bebedouro, telefones públicos, desníveis, sinalizações e condições gerais de acesso.

Categoria 3 - Relação das crianças com a rede: desenhos referentes aos seus comportamentos com os colegas, pais, professores, coordenação ou direção.

Categoria 4 - Processo de ensino - aprendizagem com conteúdos relativos ao meio ambiente: desenhos referentes a água, poluição, conservação do meio ambiente, reciclagem de materiais, reutilização, coleta seletiva e outras questões que forem pautadas nos 4Rs.

Portanto, não serão qualificadas nas categorias itens adicionais e desnecessários contidos nos desenhos, por exemplo: animais, casas, rios. A proporção de tamanho, também não será levada em consideração, nem imagens sem formas definidas. Os desenhos serão avaliados de acordo com a ocorrência ou não das categorias.

Em seguida suscitaremos uma discussão, onde cada bloco de imagens temáticas constituirá um foco de reflexão em cada etapa, de modo a apontar possíveis agenciamentos/afetações que implicaram nas (re) estruturas das subjetividades em prol da autonomia dessas crianças.

Nesse caso, esse coletivo irá compor uma estratégia de produção de

subjetividades autônomas, que se pretende perceber no campo da inclusão e das práticas ecopedagógicas, de como se constituirão os agenciamentos, permeados pelas palavras, pelos gestos e pelos afetos que estarão circulando naquele território educacional, a partir dos encontros afetivos estabelecidos.

Estes últimos nos remeterão ao que está no campo das possibilidades (real/possível) e como estes sujeitos atuam. Além de como se relacionam consigo e com os outros. Portanto, não se trata de uma rede onde precisamos nos inserir e nos adaptar. Veremos dentro da rede o que já acontece, o que segue criando e se criando (KASTRUP, 2007).

Para tanto, será respeitado o tempo individual e coletivo dos envolvidos para a aproximação cartográfica, no sentido de aprofundar conhecimentos acerca da relação entre a história delas. Para o envolvimento com os múltiplos processos de construção da subjetividade desses alunos será feito um reconhecimento atento de todos os elementos presentes e importantes para a pesquisa (KASTRUP, 2007).

Tendo em vista a relevância dos aspectos éticos que devem permear todo o processo de pesquisa científica, esse

projeto foi submetido ao comitê de ética da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) para obedecer às normas éticas da Resolução 196 de 10 de outubro de 1996, do Conselho Nacional de Saúde, no que se refere à pesquisa com seres humanos.

6 A ANÁLISE DOS DADOS

A análise consiste no estabelecimento daquelas inter-relações, o que permite uma compreensão mais abrangente dos significados construídos socialmente na relação dos sujeitos com o meio (SOUZA; ZIONI, 2003).

Nessa fase, será realizada a categorização dos discursos e informações de modo a facilitar a compreensão. Isto se fará a partir dos dados obtidos com a intervenção, referentes ao diário de campo, imagens fotográficas dos desenhos das crianças e as categorias temáticas referentes ao grupo focal, devidamente fundamentada em literatura, teorias pertinentes.

Todos esses momentos relacionados ao grupo focal serão registrados em diário de campo para posterior tradução, categorização pela análise de conteúdo (BARDIN, 2009) de

forma a se chegar às categorias analíticas que mais aparecem no discurso e apresentadas na forma cartográfica, de modo a facilitar a compreensão das tensões entre procedimentos ecopedagógicos autônomos/heterônomos de inclusão/exclusão.

Assim, as problematizações apontadas pelo grupo, às opiniões e as conclusões, como resultados de uma prática intervencionista da cartografia, subsidiarão simultâneas intervenções, para melhorias exequíveis aos portadores de deficiências, no que tange às práticas ecopedagógicas e a inclusão escolar.

Portanto, essas melhorias, serão buscadas a partir do coletivo, sendo capaz de perceber se há possibilidades de novas diretrizes de análise em verificar, se os “dispositivos de inclusão”, alardeados como predominantes, estão gerando inclusão ou exclusão aos portadores de deficiências que ali estudam.

Para tanto, já foi realizado contato com a direção das três escolas escolhidas, para permissão da realização da pesquisa com apresentação do projeto proposto, entrega do termo de autorização para coleta de dados, termo de uso de imagem para autorização de

imagens fotográficas dos desenhos, além de todos os documentos exigidos e fornecidos pelo comitê de ética que foi submetida essa pesquisa. Porém, seu início se dará apenas após sua aprovação e autorização definitiva.

Essa pesquisa de campo será realizada, durante o ano letivo, na semana do meio ambiente e durante a execução de projetos ambientais realizados nos campos escolhidos.

7 RESULTADOS ESPERADOS

Espera-se que os resultados desta pesquisa possam, de fato, contribuir na produção de subjetividades autônomas, acerca da influência da prática ecopedagógica nos mecanismos de inclusão, a partir do ponto de vista de quem realmente é afetado. Não apenas de favorecer o acesso dos educandos às escolas, como também garantir a sua permanência e o sucesso na aprendizagem ao longo da vida.

Acredita-se que os desenhos realizados pelos portadores de deficiências possam ser um instrumento precioso de avaliação e reflexões para todas as pessoas envolvidas com essas crianças, construindo soluções

apropriadas, buscando uma inclusão adequada, a partir de práticas autônomas e ecopedagógicas.

Além disso, almeja-se que essas práticas não sejam ações realizadas esporadicamente, apenas em datas comemorativas, mas sim, uma realidade cotidiana de vital significância. Assim, as coordenações pedagógicas das escolas devem estar atentas a essas especificidades no campo ambiental e educacional incorporado aos planejamentos e ações, o que definem as políticas e diretrizes, para que sejam incorporadas pelos professores no seu cotidiano, na construção de uma escola que assuma uma responsabilidade social com o cuidado de si, do outro e do planeta.

A partir desta pesquisa, nosso compromisso será fornecer subsídios para continuar a sensibilização de professores, equipes gestoras, nas secretarias e das universidades, enfim, todas as instituições de ensino para importância de se construir propostas de formação inicial e continuada, visando construir, aproximar, sugerir alternativas para o enfrentamento da problemática do cuidado indispensável ao meio ambiente, trabalhar e aprofundar a discussão sobre as possíveis

aproximações entre as práticas ecopedagógicas, educação inclusiva e cartografia das subjetividades, todas com o objetivo de se construir uma educação mais humana, autêntica e mais significativa.

Como produto do estudo, pretende-se elaborar cartilhas, palestras educativas e desenvolver estratégias de práticas ecopedagógicas baseadas nos 4Rs como: reciclagem, reutilização, reaproveitamento e redução no uso de materiais descartáveis. Além disso, será destacado como essas atividades são feitas com as crianças portadoras de deficiências, e se conseguem incluí-las e trazê-las em desenvolver algum tipo de competência ou habilidade que elas tenham desenvolvido autonomamente.

Para tanto, pretende-se colaborar com o desenvolvimento da Educação Inclusiva, Especial e Ambiental. Além de contribuir na ampliação de informações, redução de preconceito e incentivo a novas pesquisas relacionadas às práticas ecopedagógicas, cartografia das subjetividades e inclusão escolar.

ECOPEDAGÓGICAS PRACTICES AND INCLUSIVE: mapping from the needs of disabled people

ABSTRACT

This article is an excerpt from a doctoral research in progress, where we will address one of the research objectives. Thus, the aim of this study is to map subjectivities about ecopedagógicas practices and processes of inclusion autonomous from the needs of the disabled. Search fields constitute three schools: a special, one public and another private, located in the city of Vitória da Conquista - BA. The choice was, by the criterion of suitability for being pioneers, references in inclusive education and have enrolled children between 5 and 8 years old with disabilities. This is a qualitative study, having methodically mapping of subjectivities, and drawings will be held focus group workshop. This research aims to collaborate with inclusive education, the ecopedagógicas practices, and encourage the permanence and success of people with disabilities in schools and throughout life.

Keywords: *Practice Ecopedagógicas. School Inclusion. Mapping of subjectivities. Disabilities.*

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, L. G. R. **Estudo sobre a distribuição dos serviços de reabilitação: o caso do Rio de Janeiro.** 2004. 106 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – E.N.S. Pública Sérgio Arouca, Rio de Janeiro, 2004.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo.** 4. ed. [S.l.]: Edições Lisboa, 2009.
- CAPRA, F. **A teia da vida: uma nova concepção científica dos sistemas vivos.** São Paulo: Pensamentos, 1996.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **Mil Platôs.** Rio de Janeiro: Editora 34, 1995.
- GADOTTI, M. **Pedagogia da Terra.** São Paulo: Peirópolis, 2000.
- GIL PÉREZ, D. I. et al. Década de la Educación para un Futuro Sostenible (2005-2014): un punto de inflexión necesario en la atención a la situación del planeta. **Revista Iberoamericana de Educación.**, Madrid, n. 40, p. 125-178, ener./abr. 2006.
- IBGE(INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA). **Censo demográfico.** Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2012.

- KASTRUP, V. Políticas cognitivas na formação do professor e o problema do devir-mestre. **Educação e Sociedade**, v.26, n.93, p.1273- 1288, 2005.
- KASTRUP, V. O funcionamento da atenção no trabalho do cartógrafo. **Revista Psicologia & Sociedade**, Rio de Janeiro, v.19, n.1, p.15-22, jan./abr., 2007.
- LATOUR, B. **Ciência em ação, como seguir cientistas e engenheiros mundo afora**. São Paulo: EDUSP, 2000.
- MATURANA, H. **Emoções e linguagem na educação e na política**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.
- MORIN, E. **Ciência com consciência**. Portugal: Publicações Europa-América, 1995.
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Classificação Internacional das Deficiências, Incapacidades e Desvantagens (Handicaps): um manual de classificação das conseqüências das doenças**. Lisboa: OMS, 1997.
- OTERO, M.R.; MOREIRA, M. A.; GRECA, I.M. El uso de imágenes en textos de física para la enseñanza secundaria y universitaria. **Revista Investigações em Ensino de Ciências**, v. 7, n. 2, p. 127-154, 2007.
- PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. **Pistas do Método da Cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina, 2010.
- SOUZA, D.V.; ZIONI, F. Novas perspectivas em investigações sobre o meio ambiente: a teoria das Representações Sociais e a técnica qualitativa da triangulação de dados. **Revista Saúde e Sociedade**, v. 12, n. 2, jul./dez., 2003.